

O Imperioso Dever do Momento

27. II. 54

São as eleições acontecimentos comuns, habituais, normais na vida democrática. Constituem atos de rotina. Mas qualquer que seja o regime constitucional — presidencial ou parlamentar — revestem-se, em regra, de grande importância. Renovam-se, por elas, os governantes e determinam-se as diretrizes do governo. E' no dia do pleito que a cidadania, até então mais ou menos latente, se revela por inteiro. Cada eleitor, exprimindo a sua opção, concorre ativamente para a formação da vontade coletiva.

Não se justifica, portanto, a indiferença, a desídia na preparação dos pleitos eleitorais. Onde tal fenômeno se observa, graves perigos está correndo a democracia, isto é, a liberdade, a dignidade, a própria prosperidade do homem. São geralmente tais manifestações prévias de renúncia, que preparam as grandes usurpações políticas. Se o cidadão comum não tem o direito de abster-se, que dizer dos dirigentes políticos que, tendo por missão orientar, estimular, auxiliar os concidadãos no exercício da função eleitoral, se descuidam ou se omitem mais ou menos completamente?

Mas, se todo pleito tem por si mesmo tamanha importância, que o abstencionista se pode equiparar ao desertor, qual não será a das eleições a que vão ser convocados, neste ano corrente e no subsequente, os cidadãos brasileiros? Este ano vão eles eleger deputados, senadores e governadores; no ano próximo, vão escolher o presidente da República: isto é, haverá a renovação total, ou quase dos dirigentes do País.

Assim exposta a questão, desde logo se lhe percebe a magnitude: mas longe se estará de avaliar-lhe inteiramente o alcance. Trata-se, evidentemente, de eleições gerais, de eleições capazes de alterar mais ou menos fundamentalmente o rumo e o andamento da coisa pública. Só por isto, mereceriam o maior desvelo. Mas são, muito mais do que isto, eleições que poderão aluir, se mal sucedidas, os próprios fundamentos do regime democrático representativo, eleições que poderão acarretar a ruína mesma das liberdades públicas.

Pensarão, talvez, os leitores menos avisados que tamanha importância só poderá ter o pleito presidencial, que se deverá realizar em outubro de 1955, e que, até lá, tempo de sobra terá o País, para se preparar convenientemente. Afé está o perigoso engano. Se é verdade que, no regime atual, a peça principal e dominante é o Presidente da República, a cuja ditadura tanto os demais poderes federais, como os Estados federados dificilmente se podem subtrair, e, portanto, decisiva se torna a eleição presidencial, isto não é somente o que estará em jogo nos próximos pleitos, mas, muito mais do que isto, a própria sorte do regime democrático representativo. E tal sorte não se decidirá em 1955, como poderia parecer à primeira vista, senão justamente, em 1954, DAQUI A POUCOS MESES.

O sr. Getulio Vargas, que em 1930 uma revolução vito-

riosa, mas completamente desvirtuada, levou ao poder, que do poder foi despejado, ao cabo de quinze anos, por estar conspirando contra a realização das prometidas eleições, ao poder voltou legalmente depois de um interregno de cinco anos e nele, como da primeira vez, pretende manter-se indefinidamente. Como poderá ser isto, se limitada é a duração do mandato e inelegível para o período subsequente é o mandatário?

O mais simples e decisivo dos recursos seria, como em 1937, a violência, o golpe de Estado. Mas há certas manobras que dificilmente se podem repetir. Sente-o o sr. Getulio Vargas. Dolorosamente amestrados pela experiência, as Classes Armadas mantêm-se vigilantes, como lhes cumpre. Inviável, pelo menos incerto e perigoso, seria o golpe frontal, direto contra as instituições. Mister se faz, assim, contornar a Constituição, já que desta vez não se poderá rasgar. Se a Constituição impede a perpetuação do sr. Getulio Vargas, modifique-se a Constituição, para que o sr. Getulio Vargas possa continuar a fruir o poder. Tal é a criminosa política que se está procurando praticar, enquanto a maioria dos políticos se perde na disputa de mesquinhos interesses.

Podemos compreender, agora, a importância decisiva das eleições deste ano. Em 1955, elege-se o Presidente da República; mas será em 1954 que se irão estabelecer as condições de tal eleição e, talvez, dispensa-la, pela prorrogação do mandato do atual Presidente. Conseguida no próximo Congresso uma maioria massiva e submissa, tudo então se tornará possível ao sr. Getulio Vargas.

Este plano não é duvidoso, porque já começou a ser executado. E o seu agente principal é o Partido Trabalhista Brasileiro. Em muitos Estados faz êle aliança com a União Democrática Nacional, concedendo o que à primeira vista parece mais importante — o governo do Estado — mas reservando-se vantagens na representação federal (Camara e Senado). Pensam provavelmente os udenistas (em outros Estados serão os pessedistas) pensam êles estar fazendo excelente negocio, mas na verdade estão entregando as melhores posições ao provacel, senão inevitável inimigo. Transformado o regime por um Congresso servil, estabelecido um governo centralizado, senão a ditadura estreme como em 1937, que valerá a posse de governos estaduais, dada seja mantida?

O que agora estamos presenciando com os acordos eleitorais do P. T. B. em varios Estados, é a primeira fase do plano destinado a manter indefinidamente no poder o sr. Getulio Vargas. Não é cousa suposta, ou duvidosa, mas positiva. Só não a percebem, os que não sabem levantar os olhos do seu terreiro e firmam aliança com o leão que os devorará. Felizmente realizada a primeira fase das operações, isto é, obtida a necessaria maioria no Congresso Nacional, ninguém poderá evitar o desenvolvimento da segunda fase, que garantirá ao antigo ditador a continuidade neste poder, que está literalmente dissolvendo a nacionalidade.

Dos cidadãos, em geral, dos partidos democraticos, em particular, e muito especialmente do Partido Libertador, chamamos a atenção para a importância excepcional e decisiva das proximas eleições legislativas. E' preciso que todos os cidadãos moralmente aptos e amantes da liberdade se munam em tempo do seu titulo, para que o proximo Congresso venha a ter uma grande maioria de verdadeiros democratas, incapazes de trair o proprio mandato. Providenciar neste sentido é o dever de todos os dirigentes politicos, qualquer que seja o seu grau na hierarquia partidária. Onde quer que haja um cidadão consciente, nas suas mãos deverá estar um titulo eleitoral válido para as eleições do ano corrente.